



Lucena crê que a reeleição perpetuará no poder a "regência trina"

Lucena vê proposta como continuísmo de tutela

O senador Fábio Lucena (PMDB-RJ) identifica na proposta de prorrogar o mandato do presidente Figueiredo uma tentativa de perpetuar no poder a "regência trina", integrada pelos ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, e pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni. Para ele, "a Nação não será cúmplice desta manobra macabra que visa o continuísmo da tutela imposta ao povo brasileiro".

Dizendo-se frontalmente contra a tese, que vem recebendo o apoio de alguns setores de seu próprio partido, Fábio Lucena não poupa críticas à política econômica do governo nos últimos 20 anos e advertiu:

— Na verdade o que se pretende é a prorrogação desses erros.

Em seu discurso, o senador amazonense sugere que o presidente Figueiredo não tem poder para controlar seus ministros da área econômica, "que atuam sob seus cônscios olhares". Lembrou que no dia em que ele tomou posse, a gasolina custava Cr\$ 9,60. "Hoje, quatro anos e dois meses depois, passou para Cr\$ 210,00, o que representa um aumento de 2.087%. E já falam em um novo aumento".

É isto o que se quer prorrogar, continuar, manter, perpetuar? — perguntou o parlamentar oposicionista, frisando que "a Nação, por todas as suas formas produtoras, trabalha apenas para pagar juros e amortizações de uma dívida que a cada dia se avoluma e que não foi contraída pelo povo brasileiro".

PATRIOTISMO

Ribeirão Preto — "É falta de patriotismo discutir-se prorrogação do mandato presidencial ou a possibilidade de reeleição do presidente da República, sem que se coloquem em pauta propostas que possam salvar o Brasil ameaçado". Foi o que o deputado João Cunha (PMDB-SP) declarou ontem, em Ribeirão Preto, relacionando doze pontos de uma proposta, que inclui um "Ministério de conciliação nacional", dentro de um governo provisório, até decisões que seriam

tomadas com base em Assembléia Nacional Constituinte.

São estes os pontos, afirma o parlamentar:

A) Rompimento com o FMI;

B) Moratória da dívida externa com prazo de 40 anos e carência de no mínimo cinco, adequado o resgate aos interesses nacionais, sem prejuízo do nosso desenvolvimento;

C) Anistia fiscal e anistia para os mutuários do BNH que tenham pago mais de cinco anos de prestação;

D) Congelamento geral de preços pelo prazo mínimo de um ano;

E) Reforma agrária para integração no campo de milhões de camponeses, com vistas à participação com trabalho no fruto da produção com finalidade precípua de desenvolver as potencialidades da agricultura nacional;

F) Estatização da rede bancária;

G) Revogação da Lei de Segurança Nacional e elaboração de um estatuto de segurança do Estado, embutido no Código Penal Brasileiro;

H) Anistia para todos os presos políticos;

I) Demissão dos ministros Galvães e Delfim Netto e de toda equipe da área econômica;

J) Eleição direta para presidente da República, possibilitando a reeleição do atual presidente;

K) Ministério de conciliação nacional, com a participação de todos os partidos de oposição para realização imediata dos compromissos firmados por tal pacto provisório;

L) Preparação, por esse governo provisório, da Assembléia Nacional Constituinte, revogada a Lei Falcão e com livre acesso das oposições nas comunicações e com a presidência desse governo ao general João Figueiredo.

"São tópicos — explica João Cunha —, dentre outros, para serem estudados, discutidos e decididos, importando ver que entendemos necessária a participação das forças armadas nesse processo transitório, garantindo a soberania de decisões e firmando a vontade nacional ante eventuais investidas internacionais".